

# DIAGNÓSTICO DOS IMPACTOS CAUSADOS PELAS QUEIMADAS, NO PERÍODO DE 15 DE JULHO A 15 DE SETEMBRO DE 2003 A 2008, NA ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESTADO DE MATO GROSSO

Alessandra Galina de Souza<sup>1</sup>

## RESUMO

Este estudo desenvolve-se em busca de uma maior compreensão sobre dois temas distintos, queimadas e turismo, e constitui-se numa iniciativa inédita que procura entender o comportamento da atividade turística do estado do Mato Grosso, durante o período de 2003 a 2008, meses proibitivos às queimadas - de 15 de julho a 15 de setembro, relacionando-o com possíveis danos ao setor turismo. Dentro desta perspectiva, tornou-se importante uma análise sobre o meio ambiente natural, onde o turismo e o fogo permeiam este universo. Já as informações coletadas são de extrema relevância ao estudo do comportamento do turismo mato-grossense frente às queimadas, corroborando para o planejamento de novas ações proativas voltadas à prevenção e combate a incêndios e ao desenvolvimento do turismo local.

**Palavras-chave:** Meio ambiente natural. Queimadas. Turismo. Mato Grosso.

## ABSTRACT

To an understanding between two distinct themes: burned and tourism, that has developed this study is an unprecedented initiative that seeks to understand the behavior of tourism in the state of Mato Grosso, during the burning prohibitive - from July 15 to September 15 in relation to possible damage to the tourism sector. Within this perspective, it has become an important analysis on the natural environment, where the tourism and fire permeating the universe. Already the information collected is of utmost importance to studying the behavior of tourism mato-grossense front of corroborating burned to the proactive planning of new actions aimed at the prevention and fire fighting and development of local tourism.

**Keywords:** Natural environment, forest fires, turismo and Mato Grosso State.

1 Turismóloga, com Especialização em Patrimônio Cultural, Turismo e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT – Departamento de Geografia; e Especialista em Gestão Ambiental pela UNIC – Cuiabá – MT. Rua dos Ariris, 172, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78.550-000. E-mail: alessandragalina@terra.com.br Telefones: 66 9604 9758 / 65 3511 3120.

## Introdução

Para melhor situar o leitor quanto à problemática aqui focalizada, algumas definições de turismo são necessárias. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), turismo é “O fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se transladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual, por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital dos locais visitados.”

Jafar Jafari (apud IGNARRA, 1999, p. 24) define o termo sob uma ótica mais ampla: “[...] é o estudo do homem longe do seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sócio-cultural da área receptora.”

Dessa definição emerge a temática ambiental, apontando para a necessidade de atenuação dos impactos negativos e de potencialização dos aspectos positivos proporcionados pelo turismo à sociedade. Para se enfatizar a prática de um turismo sustentável, é preciso organizá-lo de forma a não provocar drásticas mudanças no ambiente em que a atividade se dá e buscar focar ações para minimizar os impactos disso decorrentes, os quais são uma consequência inevitável de qualquer atividade econômica que vise ao desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, o turismo deve ser orientado de modo que as mudanças provocadas sejam menos prejudiciais.

Segundo Sancho (2001, p. 227), de uma forma geral, a realização de toda atividade econômica envolve a utilização de recursos naturais ou não, e, sendo assim, o meio ambiente é obrigatoriamente afetado. “De outro lado, qualquer mudança no entorno do homem pode trazer um impacto positivo ou negativo ao seu bem-estar.”

Com base no exposto, para que a atividade turística não gere cada vez mais impactos negativos, ameaçadores, ao meio ambiente, o planejamento turístico constitui-se em orientação ao desenvolvimento dessa prática e, sendo direcionado ao meio ambiente natural, deve ser cauteloso e reconsiderado com frequência.

Ruschmann (1997, p. 56-87) afirma que “[...] um planejamento bem elaborado, consegue solucionar com mais eficiência os problemas futuros, e muitas vezes evitá-los [e] é preciso ressaltar, ainda, que todas as intervenções do turismo não se traduzem, necessariamente, na agressão ou na degradação do meio ambiente natural.”

Nessa perspectiva, pretende-se neste trabalho discutir aspectos ambientais relacionados às queimadas e seus impactos no turismo do estado de Mato

Grosso durante o período de 2003 a 2008, nos meses em que as queimadas são proibidas, isto é, de 15 de julho a 15 de setembro.

## Turismo, meio ambiente e o estado de Mato Grosso

A espacialidade conhecida geopoliticamente como estado de Mato Grosso e centro geodésico da América do Sul, além de apresentar em seu território os biomas do Pantanal, Cerrado e Mata Amazônica, compondo uma biodiversidade ecológica especial, possui 42 etnias indígenas habitando esse mesmo espaço, além de comunidades remanescentes de quilombos, que vivem em terras “reservadas” e estabelecem complexas fronteiras de diversidade cultural, com permanentes relações entre os municípios do entorno.

O Pantanal, nome dado ao ambiente que compreende uma rede de rios formadores da bacia do rio Paraguai/Prata, além de ter sido declarado Parque Nacional e Patrimônio da Humanidade, é também considerado Reserva da Biosfera do Planeta pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Com relação ao Cerrado, apesar da criação de parques ou áreas de preservação nas últimas décadas, a expansão das monoculturas de arroz, soja, algodão, e pastagens dominaram a paisagem, causando sérios problemas ambientais e socioculturais no ambiente.

Na região de Mata Amazônica, a expansão da fronteira agrícola desencadeou fortes impactos na floresta, pois teve início a exploração madeireira e o uso de queimadas para a liberação de áreas para pastagens, além dos garimpos, que ainda vêm provocando danos irreversíveis nos solos e águas. Essa ampliação ocorreu principalmente a partir da década de sessenta do século passado, viabilizada por projetos de colonização de capitais públicos e/ou privados, da construção de estradas como a BR-364 (Cuiabá/Porto Velho) e a BR-163 (Cuiabá/Santarém-PA) e, a partir destas, do surgimento de diversas cidades e grandes polos agropecuários.

A diversidade natural cumulada com o desenvolvimento agrícola gera um sério problema ambiental para o Estado, as queimadas ilegais, prática esta intimamente relacionada aos desmatamentos e que desqualifica toda a atividade turística realizada em Mato Grosso.

Esse fenômeno ocorre anualmente devido à abertura de novas áreas na frente de expansão da fronteira agrícola e nas quais se torna inevitável a utilização do fogo para eliminar os restos de matéria orgânica resultante do corte e derrubada da floresta. Já os agentes da ocupação inicial das novas

áreas, incorporadas à atividade agropecuária, são geralmente agricultores e pecuaristas descapitalizados, voluntários ou assentados por programas governamentais que adotam sistemas de produção convencionais, fortemente apoiados no uso do fogo. Em ambas as situações, os incêndios comumente são devastadores e fogem ao controle humano, atingindo áreas de conservação ou preservação.

É extremamente relevante considerar que o período definido como sendo proibitivo às queimadas é o mesmo conhecido como período de alta temporada turística, ocasião na qual Mato Grosso normalmente recebe turistas de várias partes do mundo.

Além dos problemas ambientais provocados pelas queimadas, sabe-se que a fumaça oriunda dessa prática prejudica a saúde pública, danifica o solo, aumenta o número de acidentes automobilísticos nas rodovias e causa alterações irreversíveis à paisagens.

Torna-se, pois, de relevante importância registrar que o estado de Mato Grosso está estrategicamente dividido em cinco polos turísticos, dentre os quais: a região de Mata Amazônica, ao norte do estado; a região do Araguaia no Médio-Norte; o Cerrado; o Pantanal; e a região metropolitana.

## Incêndios florestais, queimadas e turismo em Mato Grosso

O incêndio florestal é considerado, por diversos pesquisadores, um dos maiores vilões causadores de danos ao meio ambiente, tornando-se, para Mato Grosso, a causa de pesadas críticas vindas de comunidades nacionais e internacionais, qualificando o Estado como um dos grandes responsáveis pelos impactos negativos causados ao meio ambiente.

O órgão estadual responsável por todas as questões de ordem ambiental e pelo controle das queimadas em Mato Grosso é a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), que, através da Coordenação de Gestão do Fogo (CGF), atua na análise e liberação de processos envolvendo queimadas autorizadas. Com esse fim, a CGF conta com quatro técnicos para procederem à análise de processos de todo o território estadual.

O Estado conta ainda com a Lei Complementar nº 233, de 23 de dezembro de 2005, que no art. 10, § 3º, estabelece o Período Proibitivo às Queimadas, restringindo o uso do fogo para limpeza e manejo de áreas ao período compreendido de 15 de julho a 15 de setembro, passível de prorrogação. Vale ressaltar que essa lei foi elaborada no intuito de minimizar os altos índices de focos de calor em todo o Estado.

A prática de incêndios florestais e queimadas em terrenos urbanos estão proibida, em alguns municípios, pelo Código de Postura Municipal, associando-se às próprias condições climáticas do Estado, caracterizada, no período de proibição de queimadas, por uma longa estação seca (índices de umidade relativa do ar entre 30% e 10%, próprias de áreas desérticas) por apresentar altas temperaturas, sendo favorável à propagação de incêndios. Esse quadro é agravado à medida que a estiagem se estende, tendo em vista o ressecamento da cobertura vegetal, que constitui o material combustível para os incêndios e que, somado aos fortes ventos, cria um cenário propício a incêndios. Uma vez desencadeados, propagam-se em altas velocidades, e a intensidade das chamas representam grande perigo para o combate direto.

Numa retrospectiva ao período compreendido de 2003 a 2007, verifica-se que o estado de Mato Grosso, durante a época proibitiva às queimadas, sempre apresentou altos índices de focos de calor, a ponto de ocupar o primeiro lugar no *ranking* das federações que mais queimam no país. Tal fato fica evidente na Tabela 1, na qual se exibem os números de focos de calor em comparação com as ocorrências no ano de 2008, quando o Estado criou um Plano de Ações destinado especificamente ao combate de incêndios florestais, através do Grupo Especial de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (GEPCI). Com planejamento estratégico e ações direcionadas, o GEPCI alcançou índices nunca antes obtidos.

Tabela 1 - Registros de focos de calor em Mato Grosso no período de 2003 a 2008

Anos	Registros de focos de calor entre 15/07 - 10/10	Redução em relação a 2008
2003	84609	52,18%
2004	265400	84,75%
2005	170531	76,27%
2006	95113	57,46%
2007	158321	74,45%
2008	40457	-

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE,2008).

Dentre os danos decorrentes das queimadas, ressaltamos o fato de sua prática ser uma ameaça constante aos biomas do Estado, comprometendo a biodiversidade e a qualidade de vida da população autóctone e onerando os cofres públicos estaduais. Entretanto, outras atividades também são afetadas com a presença do fogo no ambiente natural, a exemplo do turismo e toda

sua cadeia produtiva em Mato Grosso, onde a natureza é o maior agente motivador.

## Metodologia da pesquisa

Quanto ao procedimento metodológico adotado para o desenvolvimento do estudo, decidiu-se pelo exame minucioso do fluxo de turistas no período proibitivo das queimadas, entre 15 de julho a 15 de setembro, determinando roteiros que abrangessem municípios com vocação ou atividade turística, tomando por base de pesquisa os meios de hospedagem, além de consultas a instituições e órgãos representantes do setor, em busca de informações.

Isso resultou em quatro etapas metodológicas: a primeira consistiu em estudos exploratórios.

A segunda constou do Levantamento de Informações através da elaboração de formulários, questionários e ofícios. Os formulários serviram de base para o levantamento, junto aos meios de hospedagens, de informações gerais sobre o estabelecimento, dados de ocupação/arrecadação nos períodos de interesse e questões específicas sobre o problema das queimadas no período proibitivo.

A terceira etapa configurou uma atuação empírica, ou seja, a abordagem aos municípios envolvidos em roteiros previamente traçados, através de reuniões que incluíram o *trade* turístico local dos meios de hospedagem. Entretanto, foram convidadas para essas reuniões agências receptoras e guias de turismo; representantes de instituições públicas e privadas; ONGs; e demais agentes relacionados com o setor de turismo.

Na quarta e última etapas foi desenvolvido o plano de análise dos dados adquiridos através dos formulários e da atuação empírica, levando-se em consideração o fluxo turístico - ocupação hoteleira/turistas atendidos - e atentando-se para o correto preenchimento dos formulários.

Para cada roteiro executado elaborou-se um relatório contendo algumas observações sobre os municípios percorridos, com o olhar sempre voltado para o turismo. São, portanto, cinco relatórios dos quais constam as principais informações obtidas de cada roteiro, com observações sobre situações presenciadas *in loco* e apontamentos necessários ao planejamento das atividades turísticas desses destinos. A Figura 1 representa um esboço do mapa turístico do estado de Mato Grosso:



isolada e sem contar com os investimentos do poder público local, o que favorece a degradação de importantes áreas naturais.

A atividade turística, com a ressalva de alguns empreendimentos particulares, ainda se dá de forma amadora e desorganizada, comprometendo a sustentabilidade do local onde é realizado. Para o seu efetivo funcionamento e evolução, o turismo requer algumas condições básicas, dentre as quais a boa qualidade das vias de acesso ao espaço a ser visitado.

Nesse sentido, constatou-se a insuficiência e até mesmo a ausência de sinalização nas rodovias que integram o trecho constante deste primeiro percurso, especialmente entre o município de Ribeirão Cascalheira e São Félix do Araguaia. Em muitos locais, quando esses sinais se fazem presentes, são confusos. A falta de pavimentação nesse mesmo perímetro, conforme expresso na Figura 2, também dificulta o acesso aos municípios da região, tornando-o muito perigoso e lento. Outro fato importante a ser mencionado é o grande número de placas de trânsito queimadas em decorrência dos incêndios originados nas estradas ou que as atingem.

É, portanto, bastante deficiente a sinalização turística nesse, com exceção dos municípios de Barra do Garças, Chapada dos Guimarães e Jaciara, servidos de placas indicativas de atrativos turísticos.

O trecho percorrido conta com um alto potencial turístico em toda a sua extensão, porém o turismo, em termos políticos e administrativos, atua em pastas conjuntas, o que diminui a sua importância. No entanto, Chapada dos Guimarães não se inclui nesse caso.



Figura 2 - Estrada sem pavimentação e sinalização entre os municípios de Ribeirão Cascalheira e São Félix do Araguaia

Foto: Alessandra Galina de Souza (2008).

## Cerrado/Amazônia (de 25 a 29 de agosto)

O Polo 2 refere-se ao segundo roteiro, deslocamento realizado de Cuiabá a Alta Floresta. Começando por Nobres, ressaltamos que a prefeitura municipal, segundo relatos de pessoas ligadas ao órgão, não tem postura participativa nas questões de desenvolvimento do turismo local. Os agentes envolvidos com a prática turística normalmente não participam de reuniões ou outras atividades promovidas pelo setor público para discussões sobre o turismo.

Situação adversa ocorre na comunidade de Bom Jardim, que vem se organizando para receber visitantes, inclusive com o *voucher* já estabelecido no local. Outro indicador dessa realidade é a intenção dos condutores locais em formarem uma associação, porém, infelizmente, as condições fundiárias e as ocupações de espaços naturais indevidos dificultam qualquer atuação na área.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) interditou um dos maiores atrativos locais por falta de um plano de manejo voltado à sustentabilidade local, e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) exige alterações nas propriedades e empreendimentos que já atuam com o turismo, buscando mitigar os danos ambientais.

Apesar dessa medida, o impasse permanece, visto que os moradores da região alegam não ter condições financeiras para executar tais modificações e não querem fazer investimentos sem que, antes, as áreas sejam legalizadas. A situação é delicada, pois, apesar de a SEMA de ter deixado claro, durante a visita *in loco*, que as alterações são essenciais à sustentabilidade das áreas visitadas, a comunidade em geral está “revoltada” com as atuações do referido órgão. A regularização fundiária seria o primeiro passo rumo ao desenvolvimento de Bom Jardim, que apresenta potencial suficiente para se tornar referência nacional em termos de ecoturismo e prática de esportes radicais, como *rafting*, mergulhos, entre outros.

A atividade turística nos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop são direcionadas a negócios, eventos e tecnologia. Porém, os atrativos naturais dos quais essas áreas são servidas, tais como o Salto Magessi em Sorriso e as corredeiras do Rio Teles Pires em Sinop, entre outros, estão distantes dos centros urbanos, e suas vias de acesso não possuem pavimentação nem sinalização turística.

Contudo, os municípios apresentam ótimas empresas prestadoras de serviços voltadas para o turismo, como hotéis, bares e restaurantes, terminais

rodoviários, meios de comunicação etc. Ademais, são cidades novas, em franco desenvolvimento e resultantes de colonização sulista, o que dificulta a atribuição de uma identidade local para o artesanato ou demais expressões culturais.

O município de Alta Floresta difere das demais áreas percorridas neste roteiro, por estar fortalecendo ações voltadas ao turismo, aproveitando sua história e localização geográfica, nas bordas da Floresta Amazônica. Possui um artesanato diferenciado, com características regionais, utilizando material orgânico como matéria-prima, tais como as sementes utilizadas nas biojoias, cipós e outros, além dos objetos vendidos na Casa do Artesão, cujo espaço é cedido pela prefeitura e administrado pela Associação de Artesãos.

Alta Floresta conta com ações planejadas e bem definidas, direcionadas à implementação da atividade turística local, tais como a recuperação do avião Douglas C3, que foi utilizado durante o processo de colonização da área; a finalização do Centro de Eventos, que conta com recursos financeiros da SEDTUR e MinTur; e a recuperação e revitalização do local onde estão presentes as caldeiras de produção de energia datadas do início da colonização, transformando-o em um museu. Acrescentamos que o acesso ao município é pavimentado e conta com boa estrutura aeroportuária.

Outro município constante deste percurso seria Sinop. Porém, no dia marcado para a reunião com os agentes municipais, a Secretaria Municipal de Turismo cancelou o encontro, justificando que, naquela ocasião, realizaria um evento local - Pró-Madeira.

## Pantanal (de 08 a 12 de setembro)

O trecho percorrido entre Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade refere-se ao Pólo 3, um dos principais destinos turísticos do Estado. Neste percurso observou-se que todos os municípios apresentam os serviços urbanos e a infraestrutura indispensáveis ao desenvolvimento do turismo. O acesso, via terrestre, entre a capital e o extremo Sudoeste de Mato Grosso está em boas condições de pavimentação, não havendo, entretanto, sinalização turística nos municípios de Barão de Melgaço, Porto Esperidião e Pontes e Lacerda.

A região que passa pelo Pantanal Mato-Grossense, alcançando áreas de transição com a Amazônia, possui vários parques estaduais que podem ser formatados para o turismo, como o Parque Estadual (PE) Serra Ricardo Franco, em Vila Bela; o PE de Santa Bárbara, entre Pontes e Lacerda e Porto Esperidião; e o PE Guirá em Cáceres, entre outros.

Os municípios que já trabalham com o turismo, como é o caso de Poconé, Cáceres e os arredores de Barão de Melgaço, possuem empreendimentos e desenvolvem atividades voltadas para atividades pesqueiras. São várias as pousadas e as chalanas que recebem turistas de todo o Brasil, na época em foco, para praticarem a pesca. No entanto, nesse mesmo período, especialmente a região do Pantanal se torna alvo de vários incêndios florestais, não só prejudicando a atividade turística local, mas também a saúde dos moradores. A propósito, observa-se, na Figura 3, uma encosta de morro com ângulo igual ou superior a  $30^\circ$ , área de preservação permanente, com uma queimada rural para fins de limpeza do solo e plantio de pequenas “roças”. Uma cena bastante comum no município de Barão de Melgaço.

Toda diversidade natural e cultural encontrada neste trecho poderia ser mais bem aproveitada para o turismo, como a formatação de produtos diferenciados, com vistas a alternativas menos impactantes ao meio ambiente, com isso fomentando o ecoturismo; maximizando os benefícios econômicos, sociais e ambientais aos municípios; gerando empregos; e garantindo o desenvolvimento sustentável da região. Um exemplo de melhor exploração turística deste trecho seria o aproveitamento histórico-cultural de vários municípios da região.

Em face das queimadas, as políticas públicas devem ser revistas com relação ao Pantanal Norte, onde se deve alterar o período proibitivo às queimadas, uma vez que, de acordo com relatos, a seca estende-se na região até os meses de novembro/dezembro.

Outra questão a ser discutida é a organização da ocupação territorial, devendo ser definida com urgência para que atividades ligadas, por exemplo, ao turismo possam se desenvolver de forma planejada.

O Hotel SESC Pantanal possui ótima estrutura de recepção, no que se refere tanto à sinalização de orientação turística quanto às instalações de que dispõe. Entretanto, o município de Poconé ainda sofre com a falta de legalização fundiária, com o uso inadequado do solo e a falta de incentivos voltados ao turismo (Figura 3).

Quanto ao município de Barão de Melgaço, este se mostra apático em relação ao turismo, de modo que o entorno trabalha com as belezas cênicas naturais através de empreendimentos particulares, como pousadas.



Figura 3 - Encosta de morro: queimada para limpeza da área em Poconé/MT

Foto: Alessandra Galina de Souza (2008).

### Cerrado Amazônia (de 22 a 26 de setembro)

O Polo 4 do roteiro da pesquisa refere-se ao trecho Cuiabá/Juína e Juara. É interessante observar que todos os municípios que fizeram parte deste roteiro apresentam a infraestrutura e os serviços urbanos indispensáveis ao desenvolvimento do turismo, e o acesso, via terrestre, entre a capital e o município de Brasnorte encontra-se em boas condições de pavimentação, situação contrária à dos trechos estabelecidos entre Brasnorte/Juína, Juína/Juara e Juara/Sinop.

Toda a região envolvendo o trecho percorrido conta com várias áreas indígenas com grande vocação ao etnoturismo. Citamos como exemplo a etnia Parecis, que abrange os municípios de Tangará da Serra e Campo Novo do Parecis, localidades nas quais é bom o relacionamento entre os nativos e a comunidade local. No entanto, ocorre ali um sério problema: a cobrança de pedágios pelos índios para quem deseja cruzar suas terras e alcançar outros municípios. Inclusive, encontra-se em fase de construção a Rodovia MT, que cortará as terras da aldeia Quatro Cachoeiras, do Cacique Narciso, com quem foi preciso firmar um acordo prevendo a construção

de casas de alvenaria na aldeia. O trato foi cumprido, porém todas as habitações estão vazias, pelo fato de não estarem condizentes, em termos estruturais, com a cultura indigenista. Como relatou o Cacique Narciso, as casas são muito quentes (telhado de amianto) e possuem paredes.

Outro relato importante aponta as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), como a Sacre I e Sacre II, que foram e estão sendo construídas na mesma região, uma das quais se encontra instalada ao lado do salto Belo, que, juntamente com a Cachoeira Utiariti, revestem o local de grande potencial turístico - turismo de aventura/ecoturismo/etnoturismo.

A região que abrange o município de Juína apresenta profunda degradação ambiental, em decorrência da urbanização agroindustrial e da constante falta de fiscalização. Um exemplo dessa situação são os quilômetros e quilômetros de áreas desmatadas e queimadas entre os municípios de Brasnorte e Juína, incluindo morros e margens de cursos d'água, em desrespeito a leis e princípios ambientais. As figuras 4 e 5 demonstram tais crimes em áreas rurais particulares nas limitações de Juína.

As políticas públicas relacionadas à fiscalização ambiental devem ser seriamente colocadas em prática na região Noroeste do Estado, uma vez que os danos ambientais aí provocados são facilmente perceptíveis. Mato Grosso é ausente em termos de fiscalização nessa porção amazônica do estado, que, conforme relatos de cidadãos de Juína, é uma região sem lei e comandada pelos mais fortes.

Toda diversidade natural e cultural encontrada neste trecho poderia ser mais bem aproveitada para o turismo caso fossem formatados produtos diferenciados visando alternativas menos impactantes ao meio ambiente e que, ao mesmo tempo, fomentassem o ecoturismo, maximizando os benefícios econômicos, sociais e ambientais aos municípios, criando empregos e garantindo o desenvolvimento sustentável da região. As figuras 3 e 4 mostram vistas parciais de impactos ambientais na região.



Figura 4 - Áreas degradadas no município de Juína

Foto: Alessandra Galina de Souza (2008).



Figura 5 - Queimadas ilegais para limpeza do solo no município de Juína

Foto: Alessandra Galina de Souza (2008).

## Principais informações turísticas

Dos 25 ofícios enviados a empresas e instituições que ocupam cadeiras no Fórum Estadual de Turismo e, possivelmente, teriam informações sobre a atividade no período de interesse, somente dez foram respondidos, mesmo depois de insistentes ligações e *e-mails* endereçados aos agentes envolvidos com a ação. Tal descaso deixa clara a ausência de comprometimento dos setores com a atividade, além de denegrir e dificultar ações que buscam trabalhar em prol do turismo.

Dentre as empresas e instituições que atenderam à solicitação, estão: o Centro de Atendimento ao Turista de Cuiabá, o Pantanal *Convention & Visitors Bureau*, a Associação Mato-Grossense dos Municípios, a Interativa Pantanal *Expeditions*, a Confiança Turismo, a TAM Linhas Aéreas e o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Cuiabá (DTCEA), entre outros.

Em meio às informações relacionadas à atividade turística no período proibitivo às queimadas, as de maior relevância são estas:

- a) Mal-estar causado sobretudo aos turistas estrangeiros pelo excesso de fumaça;
- b) Baixa visibilidade dos atrativos turísticos, em decorrência da fumaça;
- c) Roteiros vendidos e estornados, não realizados, em função das queimadas;
- d) Turistas que apresentam problemas respiratórios após poucos dias de permanência no Estado;
- e) Cancelamento de pacotes e itinerários.
- f) Queda no atendimento a turistas por parte de bares e restaurantes, especialmente em parques estaduais e margens de rodovias;
- g) Fechamento do aeroporto por falta de teto para pouso;
- h) Sérios prejuízos a empresas ligadas diretamente ao turismo;
- i) Queixas e reclamações de turistas com relação às mazelas do poder público e ao meio ambiente;
- j) Elevação de temperaturas e sensação de desconforto em visitantes;
- k) Ausência de estudos relacionando o turismo e o período proibitivo por parte dos órgãos e empresas; e
- l) Decepção e frustração por parte dos turistas, implicando grande prejuízo quando referentes ao *marketing* dos locais de origem.

Em avaliação aos ofícios respondidos, conclui-se que a fumaça decorrente das queimadas, ocorridas entre os meses de julho e setembro, vem causando grandes

prejuízos ao setor turístico do Estado, especialmente pelo fato de esse mesmo período ser considerado alta temporada para o turismo em Mato Grosso.

Observou-se que não há registros ou apontamentos relacionados ao número de turistas que visitam o Estado, no entanto, dentre as colocações apontadas, agências receptoras comprometem cerca de 30% a 40% de seu faturamento com problemas associados a queimadas, sejam eles: atrasos em voos, fechamento de atrativos e pontos de visitação etc. Outro dado relevante é que cada turista de eventos que visita Cuiabá por quatro dias, por exemplo, deixa no centro receptor cerca de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Outro fator que não pode deixar de ser mencionado é o mal-estar causado pelas queimadas a esses visitantes, que, por causa da fumaça, têm pouca visibilidade dos atrativos, sofrem com problemas respiratórios, são obrigados a cancelar itinerários e a diminuir o tempo de permanência na região, tornam-se espectadores da destruição das belezas cênicas e da agressão ao meio ambiente, tudo isso colaborando para o detrimento da atividade turística do Estado.

De acordo com os dados apresentados no relatório elaborado pelo Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Cuiabá (DTCEA-C), foram avaliadas as condições meteorológicas do aeroporto, em operação por aparelhos, e constatou-se que, no período de julho a setembro de 2006 a 2008, houve um grande número de incidência de fumaça, fato indicado a partir dos números relacionados à “visibilidade”. A propósito, para que um avião pouse em condições normais, a visibilidade deve ser igual ou maior que 5.000 metros e qualquer número abaixo desse implica a necessidade de uso de instrumentos para operações de pouso. Os aviões menores, por sua vez, são desprovidos desses instrumentos e normalmente são obrigados a pousar em outro local.

### **Análise dos focos de calor dos anos de 2006, 2007 e 2008**

Analisando os mapas de focos de calor dos anos de 2006, 2007 e 2008, pode-se observar que todo o território mato-grossense sofre com o problema das queimadas, sendo que as manchas ocorrem com maior intensidade em certas regiões do Estado, representando a constante presença de focos de calor no chamado “Arco do Desmatamento”, abrangendo toda a região norte do Estado e áreas no entorno de rodovias.

Quando voltamos essa informação para o turismo, deparamo-nos com os dois polos mais agredidos e, portanto, ameaçados de destruição pelas queimadas: o Amazônia e o Araguaia.

Os polos Cerrado e Pantanal, apesar de visualmente apresentarem menor incidência de focos de calor, também são alvo de sérias agressões ao meio am-

biente, as quais implicam perdas irreversíveis da biodiversidade. As queimadas nessas regiões provocam anualmente o fechamento de áreas turísticas importantes e causam sérios transtornos ao entorno e comunidades que dependem das belezas naturais locais para sustentar a atividade turística, como é o caso do município de Chapada dos Guimarães e do Parque Nacional homônimo.

Especificamente, o Polo Turístico Pantanal, anualmente atingido pelas queimadas, se encontra ameaçado durante o período da seca/estiagem, sendo, na maioria das vezes, os próprios fazendeiros e ribeirinhos habitantes locais os usuários do fogo, culturalmente empregado para limpeza de áreas rurais. Pode-se afirmar que essa prática vem lentamente ameaçando e degradando a região e está não só afastando turistas e condenando a atividade turística, mas também agredindo o meio ambiente.

A Tabela 2 reúne os números de focos de calor dos municípios envolvidos na ação:

Tabela 2 - Números de focos de calor em municípios de Mato Grosso

Municípios	Nº Focos 2006	Nº Focos 2007	Nº Focos 2008	Polo turístico
Alta Floresta	667	315	36	Amazônia
Barão de Melgaço	101	728	178	Pantanal
Barra do Garças	704	974	671	Araguaia
Brasnorte	714	787	249	Amazônia
Cáceres	332	934	209	Pantanal
Campo Novo do Parecis	264	428	188	Amazônia
Campo Verde	112	34	214	Cerrado
Cuiabá	101	289	137	Metropolitano
Chapada dos Guimarães	39	171	104	Cerrado
Jaciara	91	125	167	Cerrado
Juara	1.267	1.611	511	Amazônia
Juína	799	519	496	Amazônia
Lucas do Rio Verde	191	83	45	Amazônia
Nobres	277	378	81	Cerrado
Nova Mutum	285	102	139	Amazônia
Nova Xavantina	53	632	101	Araguaia
Poconé	132	552	154	Pantanal
Pontes e Lacerda	338	448	188	Pantanal
Porto Esperidião	271	211	81	Pantanal
Primavera do Leste	77	175	71	Cerrado
São Félix do Araguaia	1.400	3.526	722	Araguaia

Sorriso	231	203	164	Amazônia
Sinop	229	88	83	Amazônia
Tangará da Serra	824	787	441	Cerrado
Várzea Grande	25	66	105	Metropolitano
Vila Bela da Santíssima Trindade	952	462	216	Pantanal

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (2008).

Sendo assim, o polo mais atingido pelas queimadas dentro do período proibitivo foi o Amazônia, com 10.694 focos de calor; seguido pelo Araguaia, com 8.783; o Pantanal, com 4.587; o Cerrado, com 4.168; e o Metropolitano, com 723 focos de calor. Os números indicados em cada polo turístico correspondem à soma total de focos de calor indicado pelos mapas do INPE, com relação aos anos de 2006, 2007 e 2008.

Quanto aos formulários entregues ao segmento meios de hospedagens, foram devolvidos (com respostas corretas e incorretas) apenas 36, oriundos dos municípios de Alta Floresta, Tangará da Serra, Nova Mutum, Jaciara, Nova Xavantina, Chapada dos Guimarães, Barra do Garças, Primavera do Leste, Lucas do Rio Verde e Hotel SESC Porto Cercado, que, apesar de não ser de um município, é referência no turismo receptivo do Pantanal.

Observa-se que a quantidade de formulários remetidos à pesquisadora não foi suficiente para uma análise real e econômica do fluxo turístico de todo o Estado. Porém, dentre os documentos avaliados, ficou claro que esse movimento aumenta em Mato Grosso durante os meses de julho a setembro se comparado ao período de férias, de dezembro a fevereiro.

É importante enfatizar que na pesquisa não se considerou a motivação dos turistas aos destinos procurados e que os anos tomados como base para o estudo foram 2006, 2007 e 2008, os últimos que antecederam a criação do Grupo Especial de Prevenção e Combate a Incêndios.

Também vale salientar que o período proibitivo às queimadas equivale à época de alta temporada turística no Estado, de sorte que os efeitos negativos decorrentes daquelas não interferem no fluxo turístico dos locais apontados. No entanto, influenciam diretamente na qualidade das atividades desenvolvidas pelos turistas, degradando áreas naturais e atrativos turísticos, além de comprometer a biodiversidade de algumas áreas de referência internacional, como é o caso do Pantanal e da Amazônia.

O fechamento de áreas naturais utilizadas para o turismo, o cancelamento ou adiamento de pacotes, a diminuição do tempo de permanência de turistas, especialmente pela sensação de desconforto ou problemas alérgicos e res-

piratários, são apontamentos comuns feitos por proprietários de hotéis de várias regiões do Estado, os quais anualmente se deparam com o problema das queimadas e, conseqüentemente, com o excesso de fumaça.

Os agentes turísticos - representantes de meios de hospedagens - que responderam aos formulários apontaram benefícios gerados pela ausência das queimadas e conseqüentemente da fumaça durante o período proibitivo:

- a) Preservação da natureza, possibilitando o desenvolvimento sustentável da atividade turística.
- b) Incentivo ao turismo em todo o estado de Mato Grosso.
- c) Redução de custos (mão-de-obra) no período de estiagem.
- d) Diminuição da sensação de calor e tempo abafado.
- e) Incentivo ao turismo de pesca.
- f) Aumento das belezas cênicas.
- g) Aumento do bem-estar de hóspedes e funcionários.
- h) Diminuição dos riscos de acidentes em estradas do Estado.
- i) Possível aumento do fluxo de turistas no Estado proveniente de *marketing* e comentários positivos.
- j) Doenças respiratórias, que teriam menor incidência no período da seca.
- k) Melhor aproveitamento de passeios ecoturísticos para a observação da fauna e da flora.
- l) Pouso de aviões em aeroporto facilitado.
- m) Melhoraria da qualidade do ar e da vida dos moradores dos municípios.
- n) Manutenção dos processos ecológicos.

Também se aplicou um questionário, cujo objetivo foi identificar os principais problemas apontados pelos proprietários de hotéis com relação às queimadas e ao excesso de fumaça. Os apontamentos mais relevantes foram:

- a) Ameaça à conservação da biodiversidade.
- b) Danos à saúde e ao meio ambiente, podendo causar desinteresse turístico em alguns lugares, acarretando prejuízos econômicos.
- c) Excesso de fumaça, que, dispersa na atmosfera, dificulta a realização de atividades turísticas, como observação da natureza, passeios, trilhas ecológicas, entre outras.

- d) Morte de animais e degradação da paisagem.
- e) Aumento de gastos com mão-de-obra, uma vez que, no período da seca, aumentam consideravelmente a fuligem provocada pelas queimadas, invadindo os espaços físicos de hotéis.
- f) Funcionários que adoecem devido a problemas respiratórios (atestados médicos), causando sérios transtornos a estabelecimentos prestadores de serviços e sobrecarregando outros funcionários.
- g) Aumento de acidentes no trânsito devido à baixa visibilidade.

De acordo com os dados obtidos na pesquisa, o fluxo de turistas não se altera durante o período proibitivo, mas as queixas e reclamações registradas são de suma importância para embasarem o estabelecimento de uma política de apoio à prevenção das queimadas e promotora do desenvolvimento do turismo no Estado.

## Considerações finais

Esta pesquisa desenvolveu-se com o objetivo de chamar a atenção para a realidade ambiental do Estado, bem como dos agentes envolvidos com o turismo, constituindo-se numa iniciativa pioneira de compreender os impactos sofridos pela atividade turística ao longo do período proibitivo às queimadas. Para tanto, foram percorridos 8.515km em busca de informações e trabalhando-se em prol de um benefício maior: o meio ambiente e seus derivados.

Nos registros referentes às visitas *in loco* aos municípios, foram apontados diversos problemas causados pelas queimadas e relacionados à atividade turística, constituindo impactos negativos que permeiam a degradação do meio ambiente, vital ao desenvolvimento da atividade turística, bem como desencadeiam prejuízos a empresários do setor.

Esses impactos ambientais decorrentes das queimadas e desmatamentos são negativos e comprometem a atividade turística, visto que as queimadas se intensificam justamente na alta temporada, quando o Estado está apto a receber os turistas, o que resulta em cancelamento de roteiros, diminuição do tempo de permanência, problemas respiratórios e, o mais grave, um lamentável retrato negativo do lugar.

Nesse contexto, o fim das práticas de queimadas ilegais no estado de Mato Grosso trará melhorias ambientais, sociais e econômicas, beneficiando o turismo praticado em áreas naturais e, sobretudo, impactando positivamente na qualidade de vida dos visitantes e da população em geral, além de promover um turismo limpo e consciente.

Para que atividades turísticas ocorram de maneira ordenada e sustentável, faz-se necessário que a Secretaria Estadual de Desenvolvimento do Turismo (SEDTUR) prime por desenvolvê-las em áreas naturais, especificamente nos Parques Estaduais, definindo planos de manejo adequados a cada região e consolidando novos produtos. Atualmente, o que se percebe é uma total ausência do poder público nesse âmbito, atuando somente no fechamento de espaços de interesse turístico e causando grande revolta nas populações do entorno.

Quando o turismo tem por base a natureza, o poder público deve fazer-se presente em suas mais diversas esferas, garantindo uma exploração adequada do recurso disponibilizado. Nesse caso, necessário-faz que a SEDTUR atue em conjunto com outras secretarias de governo, principalmente com a SEMA, favorecendo o uso adequado de áreas naturais em prol do Ecoturismo, do Turismo Ecológico e do Turismo de Aventura.

É importante que as questões territoriais sejam solucionadas para se iniciar um planejamento turístico adequado nas regiões mato-grossenses de potencial turístico. Assim, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a SEDTUR, a SEMA e demais órgãos competentes devem priorizar as questões de ajustes territoriais e ambientais no sentido de apresentar-lhes soluções, legalizando áreas e beneficiando diretamente o turismo em regiões de grande potencial, havendo, porém, algumas conflituosas, como é o caso de Nobres - Bom Jardim.

O envolvimento da SEDTUR com questões dessa natureza, especialmente o das queimadas, também se torna necessário, garantindo diretamente a prática do turismo no Estado. É essencial que campanhas educativas e de sensibilização sejam promovidas em todos os municípios onde a atividade turística tenha maior representatividade, abrangendo não só os atrativos, mas, também, todo o entorno, em áreas urbanas ou rurais. Tal iniciativa somaria esforços com demais secretarias estaduais em reduzir os focos de queimadas e resguardar os atrativos.

Um grave problema detectado pelas visitas *in loco* foi a ausência do poder público estadual junto aos municípios com a finalidade de orientá-los, de sorte que essas localidades vêm atuando de forma isolada e, muitas vezes, desorganizada. Uma maior proximidade entre a SEDTUR e esses municípios é urgente também no sentido de incentivá-los a desenvolver o turismo em suas delimitações. Tal sugestão está embasada nas queixas e reclamações dos municípios mais distantes da capital e também na desunião de grupos que compõem o *trade* municipal, como, por exemplo, associações de artesãos. É

nítida a desunião e desinteresse dos agentes envolvidos com o turismo nessas regiões, fato que barra o processo produtivo desse segmento no local.

O estado de Mato Grosso depende de políticas públicas voltadas a incentivos e investimentos para o desenvolvimento do turismo em áreas naturais e conta com vários parques sob sua responsabilidade, os quais apresentam diversos potenciais turísticos, mas não conta com regulamentação específica para proceder à exploração adequada de tais espaços. Esse é um gargalo que precisa ser solucionado para que se legalizem atividades em diversos pontos do Estado.

Ademais, foi constatado durante as visitas aos municípios que os Parques Estaduais são guardados por apenas um agente, intitulado “guarda-parque”, uma situação absurda em face da dimensão territorial dos parques, que, hoje, foram abraçados pelos municípios do entorno. É fundamental que se proporcionem maiores e melhores estruturas e equipamentos aos Gerentes de Parques Estaduais, com vistas à manutenção dessas áreas, bem como que se dê autonomia aos órgãos de planejamentos turísticos estratégicos, com uso adequado dos potenciais turísticos locais. Tais planejamentos devem ser acompanhados diretamente pela SEDTUR e pela SEMA, garantindo, assim, a qualidade do produto turístico e a preservação do meio ambiente.

Também se observou em todo o Estado a deficiência do Corpo de Bombeiros, que não conta com um número suficiente de homens para atender às demandas locais, um problema que facilmente se resolveria com o aumento do efetivo. Todavia, as unidades também se encontram em situação lastimável, sem equipamentos adequados ou viaturas em funcionamento, e esses grupos muitas vezes dependem exclusivamente das prefeituras municipais para conseguirem assistência e manutenção para suas viaturas ou suprir demais necessidades internas. É preciso que o Estado, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), repense a situação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, promovendo estudos voltados à abertura de novas unidades e planeje uma readequação das unidades existentes.

Atividades voltadas para a Educação Ambiental, realizadas de forma ininterrupta, sobretudo em áreas envolvidas diretamente com a problemática do fogo, também são de grande importância. Vários atrativos turísticos encontram-se em propriedades particulares, como áreas rurais, indígenas, de assentamentos e fronteiras, e não possuem nenhum tipo de assistência ou orientação sobre o uso daquele recurso de limpeza do solo e a possibilidade de se desenvolver uma atividade turística.

Com relação ao problema do fogo, a mídia, através dos meios de divulgação, pode desempenhar papel fundamental como ação preventiva, informando sobre os danos causados pelas queimadas e incêndios florestais. Nesse contexto, também assumem papel de destaque os materiais gráficos (cartazes e *folders*), que alcançam grande parte da população e podem ser distribuídos inclusive pelo *trade* turístico do Estado.

Vale ressaltar que esta pesquisa tem o intuito de contribuir com o desenvolvimento do turismo do estado de Mato Grosso, consolidando-o como atividade econômica, social e, especialmente, ambiental. É sabida que, enquanto essa região não conseguir sanar o problema das queimadas ilegais, não será possível a apresentação de um produto turístico de qualidade. As sugestões foram postas com vistas a beneficiar e incrementar diretamente esse setor de serviços, que se beneficiará dos resultados positivos, assegurando a vocação turística do Estado: a natureza.

## Referências

- BARROS, J. P. B.; LEHFELD, N. S. Fundamentos de Metodologia: um guia para a iniciação científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.
- BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 7. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Coleção Saraiva de Legislação. 27. ed. São Paulo: Saraiva: 2001.
- DIÁRIO OFICIAL. Decreto Estadual n. 1.604. Local: Poder executivo, 30 setembro de 2008.
- DIAS, Reinaldo. Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2003.
- EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO (EMBRATUR). Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2007/ 2010, Brasília ,2010.
- EMPRESA DAS ARTES. Guia Turístico de Mato Grosso: ecológico, histórico e cultural. São Paulo: Editare Editora, 2007.
- FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fohla/ciencia/ult306u14650.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2008.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Ministério do Turismo. Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil 2002 e 2006. Disponível em: <[http://200.189.169.141/site/arquivos/dados\\_fatos/demanda%20turistica/relatorio\\_executivo\\_\\_\\_turismo\\_domestico\\_\\_\\_2002\\_e\\_2006.pdf](http://200.189.169.141/site/arquivos/dados_fatos/demanda%20turistica/relatorio_executivo___turismo_domestico___2002_e_2006.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2008.

FURASTE, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação. 14. ed. Porto Alegre: Editora Brasul, 2007.

IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do turismo. São Paulo: Pioneira, 1999.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Disponível em: <[http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/lei\\_9605\\_98.pdf](http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/lei_9605_98.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/proarco/bdqueimadas/>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

LICKORISH, Leonard J. Strategy for Growth - 1984 to 1988. Guidelines for tourism planning and marketing. Londres: British Tourist Authority, 1984.

\_\_\_\_\_; JENKINS, Carson. Introdução ao Turismo. Tradução Fabíola de Carvalho S. Vasconcellos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GOVERNO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN). Mato Grosso em números. Representação da UNESCO do Brasil, Cuiabá, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo. Quatro estações, quatro regiões, mil emoções. Revista Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual de Fundamentos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo. São Paulo 2000. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u14650.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2008.

RUSCHMANN, Dóris Van de M. Turismo e planejamento sustentável. Campinas: Papirus, 1997.

\_\_\_\_\_. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. 8. ed. São Paulo: Editora Papirus, 2001. (Coleção Turismo).

SANCHO, Amparo. Introdução ao Turismo: Organização Mundial do Turismo. São Paulo: Editora Roca, 2001.